



1 **Ata da Sessão ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional**
2 **Tocantins – triênio 2016/2018**

3
4
5 Data: 23 de março de 2018 – 15h

6 Local: Sede do Conselho Seccional da OAB/TO

7 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 01 e 02, Palmas – TO
8
9
10

11 Aos 23 dias do mês de março de 2018 às 15h reuniu-se no Plenário da Ordem dos Advogados do Brasil –
12 Seccional Tocantins os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2016/2018, onde presentes se achavam:

13 **Diretoria:** Lucélia Maria Rodrigues Sabino – Presidente em exercício da OAB/TO, Célio Henrique Magalhães
14 Rocha – Secretário Geral, Graziela Tavares de Souza Reis – Secretária Geral Adjunta, Luiz Renato de

15 Campos Provenzano – Tesoureiro. **Conselheiros Estaduais:** Agripina Moreira, Alexsander Ogawa da Silva
16 Ribeiro, Annete Diane Riveiros Lima, Antônio César Mello, Camila Moreira Portilho, Cláudia Soares Bonfim,

17 Edwardo Nelson Luís Chaves Franco, Elaine Ayres Barros, Eunice Ferreira de Sousa Kuhn, Fábio Wazilewski,
18 Flaviana Magna de Souza Silva Rocha, Francisco José Sousa Borges, Hellen Cristina Peres da Silva,

19 Ludimylla Melo Carvalho, Maria Edilene Monteiro Ramos, Meire Aparecida de Castro Lopes, Patrícia Pereira
20 Barreto, Seilane Parente Nolasco. **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Lidiana Pereira Barros Côvalo e

21 Maurílio Pinheiro Câmara Filho. **Conselheiro Federal:** Pedro Donizete Biazotto. **Caixa de Assistência dos**
22 **Advogados:** Marcelo César Cordeiro – Presidente. Presidente de Subseção: José Pinto Quezado.

23 **Ausências justificadas:** Adriana Maia de Oliveira, Áurea Maria Matos Rodrigues, Carlene Lopes Cirqueira,
24 Priscila Costa Martins, Silvany Neves Avelino de Souza e Walter Ohofugi Júnior. Verificado o quórum legal,

25 já convocando os conselheiros suplentes a tomarem assento, a Presidente em exercício Lucélia Maria
26 declarou aberta a sessão ordinária, parabenizando os aniversariantes do mês de março a saber: Lidiana

27 Pereira (conselheira suplente) 01/03, Alexsander Ogawa (conselheiro) 06/03, Meire Aparecida (conselheira)
28 12/03, Paula Beatriz (conselheira suplente) 14/03, Darlan Gomes (presidente da Subseção de Colinas) 15/03,

29 Patrícia Juliana Pontes (conselheira suplente) 15/03, Francisco José (conselheiro) 19/03, Camila Moreira
30 (conselheira) 19/03, Fábio Wazilewski (conselheiro) 21/03, Hellen Cristina (conselheira) 24/03, Wander Nunes

31 (conselheiro suplente) 24/03, Roberta Rodrigues (presidente da Subseção de Taguatinga) 26/03 e Bruno
32 Nolasco (conselheiro suplente) 29/03. Ato contínuo, titularizou a conselheira Cláudia Bonfim, ante a vacância

33 da vaga do conselheiro Carlos Francisco Xavier, o qual renunciou ao mandato. Em seguida o secretário Célio
34 Henrique leu o pedido de afastamento do conselheiro Edson Lins, explanando os motivos de sua ausência



1 durante os trabalhos do Conselho no ano de 2017, e determinando a transcrição integral na ata do pedido, a
2 saber: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins – Edson
3 Paulo Lins Júnior, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/TO sob o nº 2901, vem mui respeitosamente,
4 expor, e ao final requerer: Convidado a participar desta Diretoria, para o triênio 2016/2018, o peticionário
5 logrou-se Conselheiro Estadual, tendo, inicialmente participado ativamente em todas as reuniões do Conselho
6 no ano de 2016. Findado o ano de 2016, e início de 2017, este Conselheiro que vos peticiona, passou a ter
7 dificuldades pessoais, em razão de um divórcio (do próprio). Divórcio este que é objeto de anulação, com
8 ilações de ocultação de patrimônio etc., inclusive com uso indevido de imagem de sua atual esposa.
9 Conclusão, vários problemas de ordem pessoal ocorreram, inclusive financeira, e não restou outra saída a
10 este conselheiro o afastamento temporário do Conselho. Contudo, passado este ano sabático (2017), tem o
11 peticionário o interesse de contribuir ativamente e novamente para com a classe, na busca incessante da
12 defesa do advogado e da sociedade, os quais foram “execrados” em 2017, e somente não houve algo pior
13 em razão da brilhante atuação desta Diretoria e dos pares do Conselho, os quais são exemplo para todas as
14 Seccionais do Brasil. E assim, pelas razões de cunho pessoal acima expostos, pugna pelo retorno ao
15 Conselho, para que assim, possa contribuir mais uma vez com a Entidade. Pede deferimento. Edson Paulo
16 Lins Júnior – OAB/TO 2901”. O pleito foi deferido pela Diretoria e conselheiros. Dando continuidade a pauta,
17 passou-se a apreciação do **Item 01** – Aprovação das atas da sessão ordinária e ordinária sigilosa realizadas
18 em 02 de março de 2018. Aprovação por unanimidade, sem qualquer ressalva. Ato contínuo passou-se a
19 apreciação do **Item 02** – Apresentação, discussão e votação do Registro de Sociedade Individual sob a
20 denominação FÁBIO ALVES FERNANDES – Sociedade Individual de Advocacia. O relator conselheiro
21 Francisco José fez leitura do parecer recomendando a aprovação da sociedade. Colocada em votação foi
22 aprovada por unanimidade nos termos do parecer. Passou-se a apreciação do **Item 03** – Apresentação
23 discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação COSTA ADVOCACIA –
24 Sociedade Individual de Advocacia. O relator conselheiro Francisco José fez leitura do parecer recomendando
25 o registro. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Prosseguindo a pauta
26 passou-se a apreciação do **Item 04** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual
27 sob a denominação CRISTIANE DELFINO R. LINS – Sociedade Individual de Advocacia. O relator
28 conselheiro Francisco José fez leitura do parecer recomendando o registro da sociedade. Colocada em
29 votação foi aprovada por unanimidade nos termos do parecer. Passou-se a apreciação do **Item 05** –
30 Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação FERNANDA
31 CAMARGO DIAS DOS REIS – Sociedade Individual de Advocacia. O conselheiro Francisco José fez leitura



1 do parecer pugnando pela aprovação do registro. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos
2 termos propostos. Passou-se a apreciação do **Item 06** - Apresentação, discussão e votação do Registro da
3 Sociedade Individual sob a denominação LEONARDO MATOS – Sociedade Individual de Advocacia. O
4 conselheiro Francisco José fez leitura do parecer recomendando o registro. Colocada em votação foi
5 aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item**
6 **07** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação MARCOS
7 PINHEIRO – Sociedade Individual de Advocacia. O relator conselheiro Francisco José fez leitura do parecer
8 recomendando a aprovação do registro. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do
9 parecer. Passou-se ao **Item 08** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual
10 sob a denominação THIAGO PRAXEDES – Sociedade Individual de Advocacia. O relator conselheiro
11 Francisco José fez leitura do parecer recomendando o registro. Colocada em votação foi aprovada por
12 unanimidade nos moldes do parecer. Dando continuidade a pauta passou-se ao **Item 09** – Apresentação,
13 discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação LIGIA PORTO – Sociedade
14 Individual de Advocacia. O relator conselheiro Francisco José fez leitura do parecer recomendando a
15 aprovação do registro. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos moldes do parecer. Passou-
16 se a apreciação do **Item 10** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a
17 denominação LUMA TAVARES – Sociedade Individual de Advocacia. O relator conselheiro Francisco José
18 fez leitura do relatório recomendando a aprovação. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos
19 termos do parecer. Passou-se a apreciação do **Item 11** – Apresentação, discussão e votação do Registro da
20 Sociedade Individual sob a denominação E. P. LINS JÚNIOR – Sociedade Individual de Advocacia. O relator
21 conselheiro Francisco José fez leitura do parecer recomendando o registro da sociedade. Colocada em
22 votação foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta passou-se a apreciação do **Item 12** –
23 Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação VIVIANE
24 RAQUEL – Sociedade Individual de Advocacia. O relator conselheiro Francisco José fez leitura do parecer
25 pugnando pela aprovação do registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos
26 termos do parecer. Passou-se a apreciação do **Item 13** – Apresentação, discussão e votação do Registro da
27 Sociedade Individual sob a denominação DIOGO BANDEIRA LIMA SOARES – Sociedade Individual de
28 Advocacia. O relator conselheiro Francisco José fez leitura do parecer recomendando a aprovação do
29 registro. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos termos do parecer. Prosseguindo a pauta
30 passou-se a apreciação do **Item 14** – Apresentação, discussão e votação do Registro de Sociedade Individual
31 sob a denominação ADOLFO NETO FERREIRA PIMENTEL – Sociedade Individual de Advocacia. O relator



1 conselheiro Francisco José fez leitura do parecer pugnando pela aprovação do registro da sociedade.
2 Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos termos propostos. Passou-se a apreciação do **Item**
3 **15** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual sob a denominação MACHADO
4 ADVOCACIA – Sociedade Individual de Advocacia. O relator conselheiro Francisco José fez leitura do parecer
5 recomendando o registro. Colocada em votação foi aprovado por unanimidade nos termos do parecer.
6 Passou-se a apreciação do **Item 16** – Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade Individual
7 sob a denominação THIAGO KUBO – Sociedade Individual de Advocacia. O relator conselheiro Francisco
8 José fez leitura do parecer recomendando o registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por
9 unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 17** – Apresentação, discussão e votação da Averbação da
10 Sociedade Individual sob a denominação PABLLO FELIX – Sociedade Individual de Advocacia. O relator
11 Francisco José fez leitura do parecer recomendando a averbação. Colocada em votação foi aprovada por
12 unanimidade nos termos do parecer. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 18** –
13 Apresentação, discussão e votação da Alteração da Sociedade sob a denominação MENDONÇA & RIBEIRO
14 ADVOCACIA. O relator conselheiro Francisco José fez leitura do parecer recomendando a aprovação da
15 alteração. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade nos termos do parecer. Passou-se a
16 apreciação do **Item 19** – Apresentação, discussão e votação da Alteração da Sociedade sob a denominação
17 PARENTE & AGUIAR ADVOGADOS ASSOCIADOS. O relator conselheiro Francisco José fez leitura do
18 parecer recomendando a alteração do registro da sociedade. Colocada em votação foi aprovada por
19 unanimidade a alteração nos moldes do parecer. Passou-se a apreciação do **Item 20** – Apresentação,
20 discussão e votação do Programa de Regularização Financeira de 2018. O relator, diretor tesoureiro Luiz
21 Renato, expôs os motivos que levaram a diretoria a colocar sob apreciação do conselho um novo programa
22 de regularização financeira citando alguns deles: ofícios/e-mails encaminhados por profissionais requerendo
23 um novo programa de regularização, em decorrência da remessa dos débitos ao TED para instauração de
24 processos éticos com aplicação de pena ética disciplinar de suspensão aos profissionais inadimplentes.
25 Diante deste quadro, cogitou-se a ideia de apresentar o programa, possibilitando aos profissionais a
26 regularização de suas pendências financeiras. Informou que a vigência do programa de regularização
27 financeira será até 30/04/18, com parcelamentos dos débitos em até 24 (vinte e quatro) vezes, expondo
28 detalhadamente as condições do parcelamento. Apresentou dados estatísticos acerca das negociações
29 realizadas em 2017, com a recuperação de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões). Todavia,
30 anotou, há ainda uma receita a recuperar, em torno de 5.000,000 (cinco milhões). Quanto ao parcelamento
31 via cartão de crédito, esclareceu que a iniciativa foi bem aceita pelos profissionais, tanto para o pagamento



1 das anuidades, quanto nas negociações de débitos em atraso. Aberta a discussão, a conselheira Meire
2 Aparecida indagou ao tesoureiro o quantitativo de profissionais que aderiram ao programa de regularização
3 financeira realizado em 2016/2017, com vigência de 1 ano e 8 meses. Respondendo o questionamento o
4 tesoureiro informou que em torno de 1000 (um mil) profissionais aderiram, contudo atualmente existem em
5 torno de 2000 (dois mil) profissionais inadimplentes. A conselheira Meire Aparecida esclareceu que o lapso
6 temporal da vigência da campanha anterior foi grande, entendendo que a adesão foi pequena em relação ao
7 quantitativo de profissionais inadimplentes. Concluiu sua manifestação demonstrando receio quanto a
8 aprovação de um novo programa. O conselheiro Fábio Wazilewski afirmou que mais de 300 (trezentos)
9 profissionais já foram suspensos pelo TED e, o grande desafio nesse momento é a efetividade das
10 penalidades impostas aos profissionais pelo Poder Judiciário, visto que o sistema E-proc não possui um
11 mecanismo para bloquear o acesso e peticionamento dos profissionais suspensos. Ao final apresentou uma
12 propositura para que a Ordem realize um estudo/pedido junto ao Tribunal de Justiça com fito em buscar
13 mecanismos para o efetivo cumprimento das penalidades impostas pelo Tribunal de Ética e Disciplina. O
14 secretário geral Célio Henrique esclareceu que a matéria já foi previamente discutida e nesse momento cabe
15 a Ordem solicitar ao Poder Judiciário que promova o cumprimento das penalidades impostas. No tocante ao
16 recebimento de valores decorrentes de anuidades em atraso, a conselheira Elaine Ayres sugeriu a
17 possibilidade de habilitar o crédito da Ordem referente as anuidades inadimplidas em processos judiciais,
18 requerendo o bloqueio dos honorários a serem levantados pelos profissionais inadimplentes em processos
19 que atuam, ressaltando o percentual de 30% (trinta por cento). O tesoureiro Luiz Renato classificou temerária
20 a adoção dessa medida, já que honorários referem-se a verba alimentar. O presidente da Caixa de
21 Assistência Marcelo Cordeiro demonstrou favorável a realização de um estudo para eventual bloqueio dos
22 Alvarás dos profissionais, visto que advogados inadimplentes não podem usufruir dos descontos e serviços
23 que a Ordem oferece. A conselheira Meire Aparecida corroborou com o posicionamento da conselheira Elaine
24 Ayres, entendendo viável a habilitação do crédito da Ordem nos processos que os profissionais inadimplentes
25 atuam requerendo, pois, a reserva dos valores destinados aos honorários para pagamento do débito
26 decorrente de anuidades. Com relação a propositura do conselheiro Fábio Wazilewski, o secretário geral
27 Célio Henrique indagou ao mesmo acerca de sua disponibilidade em realizar o estudo de eficiência na
28 aplicação da penalidade imposta pelo TED junto ao Poder Judiciário, almejando eficácia das penalidades.
29 Após encerramento dos debates sobre a questão enfocada, se definiu que os conselheiros Fábio Wazilewski
30 e Patrícia Barreto farão esse estudo, apresentando posteriormente ao conselho. Retomando o debate sobre
31 o programa de regularização financeira o conselheiro federal Pedro Biazotto informou que o valor diário da



1 anuidade é de R\$ 2,46 (dois reais e quarenta e seis centavos), entendendo tratar-se de um valor pequeno,
2 cabendo ao advogado empreender meios para pagar sua anuidade. A abertura de um novo programa de
3 regularização financeira revela-se benevolência por parte da Ordem, no seu sentir. A conselheira Elaine Ayres
4 esclareceu que participou de uma reunião no Tribunal de Justiça, quando era presidente do TED, tratando
5 com os servidores do TJ sobre a possibilidade de bloquear o acesso dos profissionais suspensos pela Ordem.
6 Porém, foi informada pelos servidores que para realizar o bloqueio teria que se dar ciência às partes que o
7 profissional estava suspenso. O presidente da Caixa Marcelo Cordeiro sugeriu a adoção de medidas internas
8 da Ordem para promover esse bloqueio, empreendendo esforços sem necessitar de auxílio do Tribunal de
9 Justiça. O conselheiro Pedro Biazotto discordou de tal posicionamento, pontuando que é dever do Tribunal
10 de Justiça bloquear os profissionais suspensos e zelar pelo andamento do processo. O presidente da Caixa
11 informou que nesse momento a Ordem enfrentaria problemas de relacionamentos com o Tribunal, que
12 atualmente não atenderia suas reivindicações, sendo necessário um trabalho de fortalecimento da Ordem
13 para então solicitar ao Tribunal atitudes. Citou casos de Magistrados que, mesmo após decisão do CNJ
14 acerca da Portaria que regulamentava os levantamentos de valores através dos alvarás eletrônicos, se negam
15 a cumprir a devida adequação. O secretário geral Célio Henrique discordou do posicionamento do presidente
16 da Caixa informando que as negociações com o Tribunal de Justiça tem melhorado cada dia, e em nenhum
17 momento a Ordem chegou com o “pires na mão” frente ao Poder Judiciário, como sugeriu o presidente da
18 CAATO. Após as negativas de algumas reivindicações, a Ordem têm adotado as medidas cabíveis, citando
19 a representação protocolada perante o CNJ. O presidente da Caixa esclareceu que esse é o discurso
20 adotado, todavia entende que as ações da Ordem devem ser mais enérgicas. O secretário geral Célio
21 Henrique informou que as negociações com o Tribunal de Justiça são empreendidas de forma republicana,
22 mas sempre firmes, e têm resultado em conquistas para a classe. A conselheira Eunice Kuhn afirmou que a
23 Ordem não deve fazer um pedido para suspender o advogado no sistema E-proc, mas somente oficiar o
24 Tribunal para cumprir as decisões do TED, sendo que, em caso de descumprimento, cabe uma representação
25 ao Conselho Nacional de Justiça. O secretário Célio Henrique informou que os ofícios já são feitos nesse
26 sentido. Vencidas as discussões, e colocada em votação a proposição do programa de regularização
27 financeira, foi esta aprovada por unanimidade, nos termos propostos pelo diretor tesoureiro Luiz Renato,
28 sendo que o prazo de vigência da medida se estenderá até o dia 30/04/18, sem possibilidade de prorrogação.
29 Prosseguindo a pauta, passou-se a apreciação do **Item 21** – Apresentação e discussão relativo ao
30 requerimento de desvinculação dos Defensores Públicos do Estado do Tocantins dos quadros da Ordem. O
31 secretário geral Célio Henrique explanou sobre o assunto, entendendo que a matéria não está madura para



1 o conselho deliberar, por ser objeto de discussão na ADI 5334 em tramitação no STF. Acrescentou que o
2 conselho seccional não pode deliberar sobre essa desvinculação no âmbito da regional, já que o Conselho
3 Federal defende a permanência dos defensores nos quadros. O conselheiro César Melo sugeriu a formulação
4 de uma consulta ao Conselho Federal, que acompanha o andamento das ADI proposta pela OAB 4636. A
5 conselheira Elaine Ayres informou que foi feita uma consulta ao CFOAB sobre a possibilidade dos defensores
6 responderem processo ético na OAB, ocasião em que o CFOAB respondeu afirmativamente à consulta,
7 informando que o defensor responde processo ético na OAB na esfera de sua atuação no processo judicial,
8 e em seu órgão de classe na condição de servidor público, de acordo com a extensão de sua conduta. A
9 conselheira Patrícia Barreto citou as duas ADIs propostas tanto pela Defensoria Pública quanto pela OAB,
10 concluindo que se faz necessário aguardar o julgamento das ADIs para adoção de qualquer medida relativa
11 a desvinculação. O secretário geral Célio Henrique sugeriu a nomeação de um conselheiro para fazer um
12 estudo sobre eventual propositura de consulta ao Conselho Federal. A presidente Lucélia Maria reportou-se
13 ao artigo 3º do Estatuto da Advocacia, inclusive fazendo leitura do dispositivo legal, concluindo que tanto os
14 procuradores quanto os defensores estão sob a égide da Lei 8.906/94. O conselheiro Fábio Wazilewski
15 sugeriu a imediata votação da propositura, no sentido de negar a solicitação da Associação dos Defensores
16 quanto ao pedido de desvinculação, e, com relação aos processos éticos, reportar à consulta já realizada
17 pelo TED ao Conselho Federal, sugestão acolhida pelo colegiado. Colocada em votação foi aprovada por
18 unanimidade a propositura do conselheiro Fábio Wazilewski, negando o pleito de desvinculação dos
19 Defensores Públicos dos quadros da Ordem, bem como da imunidade em responder processos éticos, já que
20 todos os inscritos estão sujeitos a responderem processos éticos. Será dada ciência da decisão a Associação
21 dos Defensores Públicos, com a remessa de cópia da consulta formulada pelo TED ao CFOAB. Prosseguindo
22 a pauta, passou-se a apreciação do **Item 22** – Apresentação, discussão e votação da apresentação de contas
23 de 2017 da OAB/TO. O diretor tesoureiro Luiz Renato explanou brevemente sobre o assunto e, ao final,
24 repassou a palavra à contadora Luana Rêgo. A secretária adjunta Graziela Reis adentrou à sessão às
25 15h09min. A contadora, utilizando-se de um data show, apresentou resumo do balanço das contas de 2017,
26 apresentando aos conselheiros o fluxo de caixa da OAB/TO em 2017 a saber: balanço patrimonial - patrimônio
27 líquido no exercício de 2017: R\$ 8.155.261,18 (oito milhões cento e cinquenta e cinco mil duzentos e sessenta
28 e um reais e dezoito centavos), total do ativo e passivo: R\$ 16.484.985,42 (dezesseis milhões quatrocentos
29 e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), balanço orçamentário:
30 superávit de R\$ 1.356.750,48 (um milhão trezentos e cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta reais e
31 quarenta e oito centavos), demonstração das variações patrimoniais: superávit do exercício de 2017 R\$



1 1.943.858,68 (um milhão novecentos e quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e
2 oito centavos), saldo de receitas a receber (inadimplência incluindo o ano de 2017): R\$ 7.573.622,75 (sete
3 milhões quinhentos e setenta e três mil seiscentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos). Com
4 relação ao levantamento do patrimônio da Ordem, informou que será realizado em 2018, inclusive foi criada
5 uma equipe que fará visitas *in loco* em cada Subseção, para fazer apuração de todo o patrimônio. O
6 conselheiro Maurílio Câmara esclareceu que nunca foi feito o levantamento patrimonial da Ordem, por tais
7 razões é necessário fazê-lo, já que atualmente não existe um diagnóstico do patrimônio e sua avaliação. O
8 diretor tesoureiro Luiz Renato informou que no início da gestão 2016/2018 havia saldo negativo de quase R\$
9 1.000.000,00 (um milhão de reais), cuja estimativa era: havia em caixa R\$ 0,09 (nove centavos) para cada
10 R\$ 1,00 (um real) de dívida, tendo o Conselho Federal declarado a insolvência da Ordem. Atualmente têm-
11 se a seguinte estatística: para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida a Ordem possui em caixa R\$ 2,12 (dois reais
12 e doze centavos), o que possibilitou a saída da Ordem por completo da condição de insolvência ainda em
13 2016. Asseverou que todas as contas da Ordem foram aprovadas com louvor pelo Conselho Federal sem
14 que fosse necessário baixa em diligência para esclarecimentos. Inclusive, a gestão está sendo extremamente
15 elogiada pelo Conselho Federal no tocante as contas. O secretário geral Célio Henrique parabenizou a
16 eficiência gerencial e administrativa, face à aprovação das contas pelo Conselho Federal. O diretor tesoureiro
17 Luiz Renato enfatizou que as contas estão em dia, inclusive os parcelamentos de dívidas. Pela primeira vez
18 a Ordem possui um departamento financeiro extremamente alinhado, postura totalmente elogiada pelo
19 Conselho Federal. O conselheiro Maurílio Câmara, presidente da comissão de contas e orçamento, explicou
20 ao conselho de forma detalhada como é feita a análise dos balancetes, inclusive parabenizou a diretoria pelo
21 alinhamento das contas. O diretor tesoureiro Luiz Renato informou que a representatividade da Ordem
22 aumentou consideravelmente, já que o conselho propiciou aos integrantes de comissões e membros a
23 participarem de eventos de representação nacional junto ao CFOAB, fomentando e qualificando o
24 engrandecimento da classe. A conselheira Anette Riveiros parabenizou o diretor tesoureiro pela atuação
25 enérgica no sentido de colocar em dia as contas da Ordem, demonstrando orgulho em participar da gestão
26 cujos reflexos da anuidade são revestidos em prol da classe. Salientou que a Ordem tem atuado de forma
27 enérgica em várias discussões sociais. Colocada em votação as contas do exercício de 2017 da OAB/TO
28 foram aprovadas por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se ao **Item 23** – Apresentação, discussão
29 e votação da prestação de contas de 2017 e do balancete de janeiro e fevereiro de 2018 da CAATO. O relator
30 André Zaratín não estava presente, motivo pelo qual foi repassada a palavra ao Presidente da CAATO
31 Marcelo Cordeiro, que requereu a retirada da matéria de pauta com a inclusão na pauta do mês abril. O



1 conselheiro Maurílio Câmara questionou ao Presidente da Caixa os seguintes pontos: I – desatualização do
2 portal da transparência da Caixa; II - o atraso no encaminhamento dos balancetes e contas da Caixa à
3 comissão de orçamento para prévia análise e emissão de parecer, com posterior submissão ao Conselho
4 Seccional. O presidente Marcelo Cordeiro informou que não tinha conhecimento dessa sistemática, já
5 esclarecendo que todas essas situações serão regularizadas com apresentação dos balancetes com
6 antecedência. Afirmou que está fazendo ajustes internos para alinhar e apresentar os balancetes e contas
7 em dia e com antecedência. O conselheiro Maurílio Câmara solicitou análise e fechamento de convênio com
8 a Bonjur para disponibilizar aos advogados as publicações nos Diários. O presidente Marcelo Cordeiro se
9 mostrou extremamente favorável a adesão, esclarecendo que irá avançar nas negociações no sentido de
10 firmar convênio. Ato contínuo, o conselheiro Maurílio Câmara teceu considerações sobre o Clube da OAB/TO,
11 entendendo que os investimentos no clube de Palmas devem ser repensados. Considera a ideia de tornar o
12 clube autossustentável praticamente impossível, por tais razões entende que os investimentos devem ser
13 repensados, sob pena de torná-lo inviável, um “elefante branco”. Esclareceu que se faz necessário ter um
14 clube que de fato seja frequentado e utilizado pela classe, entendendo que a Caixa deve abrir a discussão
15 sobre a viabilidade de utilizá-lo ou não. O tesoureiro Luiz Renato considerou complexa a discussão, uma vez
16 que a Instituição representa todos os profissionais e nesse momento a Caixa está incentivando a classe a
17 utilizar as instalações do clube, promovendo eventos. Concluiu que a Caixa tem o dever de gerir o clube,
18 mantendo as instalações até uma tomada de decisão sobre seu destino, sendo inadmissível deixar a
19 estrutura/patrimônio deteriorar. O presidente da Caixa parabenizou o conselheiro Maurílio Câmara pela
20 exposição, informando que ao tomar posse na Caixa foi feito um levantamento acerca da estrutura do clube,
21 cujas melhorias realizadas destinam-se a viabilidade no próprio funcionamento, a exemplo da instalação de
22 energia solar, que resolveu o problema de bombeamento de água. Como relação a frequência dos
23 participantes no clube, informou que fez um convênio com músicos para animarem os eventos sem qualquer
24 custo, inclusive apresentou o quantitativo de pessoas que estão frequentando o ambiente aos finais de
25 semana, girando em torno de 80 (oitenta) a 100 (cem) pessoas. Informou que estão sendo realizados eventos
26 para um público estimado de 50 (cinquenta) pessoas, e tem sido atingido o objetivo. Com relação a autos
27 sustentabilidade do clube, informou que estão traçando mecanismos para viabilizar o funcionamento, como
28 por exemplo a instalação de *playground* para crianças, cuja campanha de arrecadação de recursos para a
29 construção será realizado com os advogados pais de crianças. Também serão construídos vestiários para os
30 jogadores de futebol e demais praticantes de esportes, cuja verba será arrecadada entre os
31 advogados/atletas. Salientou que estão fazendo eventos oferecendo comida boa e barata, mediante



1 concessão à iniciativa privada, que está explorando a atividade sem qualquer custo aos cofres da Caixa. A
2 secretária adjunta Graziela Reis elogiou a discussão, entendendo que o momento apropriado para os
3 conselheiros apresentarem seus questionamentos é durante a reunião do conselho, oportunizando aos
4 dirigentes prestarem os devidos esclarecimentos. Com relação aos eventos no Clube, registrou o Presidente
5 da CAATO que a feijoada custou em torno de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), despesa que foi fracionada
6 entre a Caixa e a OAB, no entanto, os demais eventos estão sendo realizados sem qualquer custo, já que os
7 ingressos estão sendo vendidos. Enfatizou que a manutenção do clube se faz necessária até a adoção de
8 outra possível medida, não se podendo deixar o patrimônio deteriorar. Informou que o momento é propício
9 para discutir, abrindo a palavra aos conselheiros para promoverem os questionamentos acerca das iniciativas
10 da Caixa. O presidente Marcelo Cordeiro informou que não existe uma adesão absoluta dos advogados em
11 todas as atividades esportivas, no entanto, na somatória da participação em todas as modalidades de
12 esportes oferecidas pela Caixa tem-se, ao final, maior frequência da classe. Registrou ser contrário ao
13 pagamento de comida/bebida aos advogados, a não ser em eventos isolados, como foi o caso da Feijoada,
14 um evento pontual que marcou a reinauguração do Clube. A presidente em exercício Lucélia Maria afirmou
15 que se deu por satisfeita com os esclarecimentos, registrando que inicialmente ficou assustada com os
16 números relativo ao custo da feijoada. Saliu que está faltando maior entrosamento entre a diretoria, e
17 que muito embora faça parte desta, por muitas vezes não possui conhecimento dos fatos. A conselheira
18 Elaine Ayres parabenizou a Caixa pela realização dos eventos. Sugeriu a realização de reforma no salão de
19 eventos da Caixa, localizado na Quadra 104 Norte, ressaltando que após reforma o local poderá ser locado
20 para eventos, minimizando dessa forma os gastos na manutenção do clube. O presidente Marcelo Cordeiro
21 informou que a Caixa possui essa pretensão, no entanto, tal medida está em fase de elaboração de projetos.
22 Com relação ao portal da transparência, assumiu o compromisso de regularizar até a sessão do mês de abril.
23 O conselheiro federal Pedro Biazotto afirmou que entende as razões da realização da Feijoada, no entanto
24 continua a discordar da realização dos eventos gratuitos, já que a proposta de campanha do grupo foi fazer
25 uma gestão proativa, sem qualquer subsídio da Ordem na realização de eventos gratuitos, com distribuição
26 de alimentos e bebidas. Com relação a Caixa de Assistência, registrou que é necessário repensar sua
27 ideologia, visto que atualmente assumiu viés exclusivamente festivo. Conclamou os conselheiros a realizarem
28 uma reflexão acerca da proposta das Caixas de Assistência, assunto que será abordado no Conselho Federal.
29 O presidente da Subseção de Araguaína, José Quezado, cumprimentou os presentes informando que as
30 iniciativas da Caixa devem ser participadas com os dirigentes das Subseções, citando uma iniciativa da Caixa,
31 que realizou um evento em Araguaína sem a participação e conhecimento dos dirigentes da Subseção.



1 Sugeriu que a Caixa oficie as Subseções, cientificando os dirigentes das programações realizadas. Por fim,
2 requereu ao presidente da Caixa Marcelo Cordeiro integração com os Presidentes de Subseções, julgando
3 inadmissível a realização de eventos e adoção de medidas pela Caixa e Ordem em Araguaína sem a ciência
4 e participação dos dirigentes locais. O secretário Célio Henrique agradeceu a participação do Presidente
5 Quezado na sessão, informando que a diretoria sempre foi muito bem recebida em Araguaína. A conselheira
6 Anette Riveiros afirmou que a iniciativa da realização da Feijoada custeada pela Caixa e Ordem foi
7 devidamente discutida na reunião do conselho. O conselheiro federal Pedro Biazotto entrevistou em aparte,
8 afirmando que tem conhecimento da discussão, tendo ressaltado seu posicionamento pessoal pela não
9 realização de eventos dessa natureza custeados pela Ordem e Caixa. Retomando a palavra, a conselheira
10 Anete Riveiros enalteceu a iniciativa dos convênios firmados pela Caixa, propiciando práticas saudáveis aos
11 profissionais ao ofertar várias modalidades de esportes. O conselheiro Maurílio Câmara enfatizou que o Clube
12 da Defensoria, citado pela conselheira Elaine Ayres, é autossustentável porque os Defensores pagam R\$
13 700,00 (setecentos reais) pela manutenção do clube. Sugeriu ao presidente da Caixa a realização de um
14 estudo de viabilidade para centralizar todas as modalidades oferecidas pela Caixa no clube. Marcelo Cordeiro
15 informou que na Feijoada os profissionais arcaram com o pagamento da bebida alcoólica. Com relação às
16 considerações do presidente da Subseção de Araguaína, José Quezado, informou que o recíproca é
17 verdadeira, visto que também é dever dos dirigentes locais convidar os dirigentes da Ordem e Caixa para os
18 respectivos eventos. O presidente José Quezado esclareceu que convidou o presidente da Caixa para o
19 evento realizado em Araguaína, via mensagem pelo aplicativo WhatsApp. Ao final agradeceu os
20 esclarecimentos, informando que os pedidos e convites serão encaminhados formalmente, solucionando
21 dessa forma qualquer desentendimento. O secretário Célio Henrique enalteceu a importância da participação
22 do presidente da Caixa na reunião, proporcionando os esclarecimentos necessários. O representante da
23 Urban Futuro Sr. Alberto convidou os conselheiros a participarem de um *happy hour* às 19h, ocasião em que
24 seria apresentada a estrutura de imóvel comercial, e propostas para aquisição de salas. Enfatizou que o
25 empreendimento ganhou um prêmio internacional pelo design arquitetônico e urbanismo do espaço. Nada
26 mais havendo, a presidente Lucélia Maria declarou encerrada a presente sessão as 17h37 min, e determinou
27 a lavratura da presente ata, que vai assinada por mim, Célio Henrique Magalhães Rocha - Secretário Geral,
28 e pelos demais diretores.

29
30
31
32

Lucélia Maria Rodrigues Sabino
Vice-Presidente da OAB/TO



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15

Célio Henrique Magalhães Rocha
Secretário Geral

Graziela Tavares de Souza Reis
Secretária Geral Adjunta

Luiz Renato de Campos Provenzano
Tesoureiro